

Para BC, conversão pode elevar déficit

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A conversão da dívida externa brasileira em investimentos poderá provocar o aumento do déficit público. Esse é o alerta feito por um dos documentos elaborados por técnicos da área da dívida externa do Banco Central. O documento, obtido por **O Estado** destaca que em decorrência da elevada participação da dívida do setor público, cerca de US\$ 85,3 bilhões, correspondendo a 84,5% do total da dívida registrada, corre-se o risco de trocar a dívida externa pela interna. Isto expandiria a base monetária, aumentaria a liquidez e a inflação.

O tema conversão já se tornou tão complexo que está agora sendo estudado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. Até mesmo o consultor já revelou que este não é um assunto tão simples. E dentro do governo existem inúmeros documentos sobre o assunto, contendo, algumas vezes, posições bastante divergentes. Entretanto, existe um ponto de consenso: a conversão não é a solução para o problema da dívida externa, mas apenas um meio de desfocar um pouco o País. E, além disso, existe a certeza de que o volume a ser convertido é muito pequeno em relação ao universo total da dívida brasileira.

Em relação às conversões diretas, onde o credor inicial apenas se transforma em investidor, na mesma empresa, ou mesmo no caso em que o título possa ser negociado com o devedor inicial, do setor privado, para posterior emprego dos recursos obtidos, em cruzado, em investimentos em outra empresa, não haveria pressão sobre a base monetária.

DIFICULDADES

O mesmo não acontece no caso em que a dívida externa a ser convertida seja de propriedade do Banco Central, ou do setor público. Isso deve-se ao elevado montante dos débitos de longo prazo do Banco Central, provenientes dos depósitos das negociações externas, de US\$ 15,4 bilhões (em setembro de 1986) e também da elevada participação da dívida do setor público.

No caso da compra de títulos relativos à dívida externa do Banco Central, isto implicaria em expansão da base monetária, com entrega de cruzados ao investidor. A alternativa a esta expansão seria a emissão de títulos de longo prazo do próprio BC; "o qual apenas trocaria a sua dívida externa por dívida interna".

Ainda dentro da alternativa de negociação entre investidor externo e devedor interno, o documento destaca que se o crédito for de responsabilidade do setor público, "haveria grandes dificuldades para comprar internamente parcela de sua dívida externa e para substituí-la por títulos em cruzados". Isto devido à "atual difícil situação financeira e elevado endividamento interno do setor público brasileiro".

Uma das possibilidades é o Banco Central se encarregar, sempre, da aquisição dos títulos da dívida destinados à conversão, assumindo assim o lugar do credor externo, com a dívida lhe sendo paga normalmente em cruzados. Entretanto, o documento adverte que "além das pressões de expansão da base que isso provocaria, ficaria também pendente a questão da apropriação de parcela do deságio: como se daria a negociação BC-credor externo e se seria apropriada totalmente pelo BC ou repassada parcialmente ao devedor interno".